

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
PROJETO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO:
DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO – MATERIAL E PROCESSUAL
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Coordenador do Curso: Valber Cruz Cereza

Titulação: Especialista e Mestrando em Políticas Públicas

I. Descrição do Projeto / Justificativa

O Direito Trabalhista e o Direito Previdenciário são as colunas principais do Direito Social, por sua história no mundo moderno desde a Revolução Industrial até a atualidade, quando cresce a resistência à redução dos direitos sociais que vem ocorrendo em todo o mundo, especialmente nas décadas de transição dos séculos, correspondendo ao período chamado de globalização da economia. Os regramentos trabalhista e previdenciário vêm confirmando sua importância na proteção social, formando o núcleo de estudos neste curso, que capacitará os alunos para o enfrentamento profissional e acadêmico das questões trabalhistas e previdenciárias do momento. Assim, o curso que ora se apresenta, em nível de especialização, pretende formar profissionais melhor preparados para as lides trabalhistas e previdenciárias.

2. Objetivos

O objetivo do curso é aprimorar a formação de profissionais do Direito Trabalhista e Previdenciário - juízes, advogados, professores, procuradores e servidores públicos -, preparando-os para analisar, advogar, julgar ou lecionar pela ótica do Direito Social.

3. Duração

O curso terá uma carga horária total de 390 horas, sendo 10 horas contendo disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional e 10 horas de trabalho de conclusão de curso na modalidade de Artigo Científico. Iniciar-se-á no primeiro semestre de 2019, com previsão de término para abril/maio de 2020.

4. Calendário e horário das aulas

Dias da semana e horário: 6ª feira de 18:00h as 22:00h e sábado 8h as 12h – 8h

Obs.: A aula ministrada por Leone Pereira, possivelmente se estenderá até as 16h no sábado.

5. Exigências para matrícula

Para a matrícula o candidato deverá apresentar: 01 (uma) foto 3x4 atual; cópia do diploma ou certificado de colação de grau de bacharel e cópia da Carteira de Identidade de Advogado (quando for o caso), expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Caso o número de candidatos inscritos ultrapasse o número de vagas existentes, os candidatos serão

submetidos a processo seletivo que consiste em uma avaliação escrita (prova).

O critério de desempate será feito pela análise do *curriculum vitae* por uma comissão que será criada para tal finalidade.

6. Número de vagas

Serão disponibilizadas no máximo 60 (sessenta) vagas. As turmas funcionarão no mínimo com 30 alunos e no máximo com 60.

7. Professores confirmados

LEONE PEREIRA (Aguardando confirmação de agenda), Leone Pereira é Sócio, Advogado, Consultor e Parecerista Trabalhista do Escritório PMR Advogados. Pós-Doutor pela Universidade de Coimbra. Pós-Doutorando pela Universidade de Santiago de Compostela. Doutor e Mestre pela PUC/SP. Especialista pela Universidade Cândido Mendes . Professor de Direito do Trabalho, de Direito Processual do Trabalho e Prática Trabalhista. Autor de Obras e Artigos Jurídicos. Palestrante. Membro Efetivo de Comissões da OAB/SP. Coordenador da Área Trabalhista e Professor do Damásio Educacional.

MARCELO TOLOMEI, Juiz do Trabalho, professor e doutor em direito;

RUBIA ZANOTELI, advogada, Doutorado em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas, Gerais (2012). Mestrado em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2008). Professora Titular do Centro Universitário do Distrito Federal - UDF, Brasília. Autora de diversas obras.

EDUARDO PERINI, advogado, Professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Mestre em Direito do Trabalho pela PUC Minas, Especialista em Direito Civil Constitucional pela UERJ, Graduado em Direito pela Universidade de Vila Velha – UVV

ADRIANE BRAMANTE DE CASTRO LADENTHIN, Advogada. Mestre e Doutoranda em Direito Previdenciário pela PUC de São Paulo. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP Coordenadora e Professora de Pós-graduação; Autora do livro: “Aposentadoria Especial. Teoria e Prática. 3ª Edição”; dentre outros pela Editora Juruá; Membro do Tribunal de Prerrogativas da OAB/SP. Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Previdenciário da Editora Lex-Magister. Membro fundadora do GEP – Grupo de estudos de Direito Previdenciário Wladimir Novaes Martinez.

THEODORO VICENTE AGOSTINHO, advogado, Especialista em Direito Previdenciário - EPD/SP, Mestre em Direito Previdenciário - PUC/SP, Doutorando em Direito

Previdenciário - PUC/SP, Professor e Coordenador na área do Direito Previdenciário em cursos preparatórios, de extensão e pós-graduação, Autor e co-autor em artigos e livros na área do Direito Previdenciário.

SUZANI ANDRADE FERRARO, Doutora e Mestre em Direito pela PUC-SP, Master em Gestão em Fundo de Pensão pela OISS e pela Universidade de Alcalá na Espanha, Certificada no Programa de Conselheiros para Fundos de Pensão pela ICSS - Instituto de Certificação de Seguridade Social e Fundos de Pensão. Especialista em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário. Presidente da Comissão de Previdência Social da OAB-RJ. Professora Adjunta da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da UCAM - Universidade Cândido Mendes, Consultora Jurídica, Advogada e sócia do escritório SUZANI FERRARO & Advogados no Rio de Janeiro. Membro e Associada Benemérita do IBDP - Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Presidente da Comissão de Previdência Social da OAB-RJ e Membro e Presidente da Comissão de Seguridade Social do IAB-Nacional, Instituto dos Advogados Brasileiro, Membro e Colaboradora do IPCOM - Instituto Brasileiro de Previdência Complementar e Saúde Complementar. Possui experiência na área de Direito do Trabalho (Empresarial) e Direito Público com ênfase em Direito Previdenciário: público, privado e fiscal tributário, em Direito Administrativo, atuando com Servidor Público. Atua, ainda, em várias Pós-graduações "lato senso" em Direito e possui também vários artigos e livros publicados.

RODRIGO MOREIRA SODERO VICTÓRIO, Advogado associado da SODERO Advocacia, Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA - Argentina), Pós-graduado em Direito do Trabalho e Previdenciário (UNIVAP), Professor de Pós-graduação (UNISAL - LEGALE), Graduado pela Universidade de Taubaté - UNITAU, palestrante convidado da OAB/SP e da Escola Superior de Advocacia ESA da OAB/SP, Membro da Comissão de Direito Previdenciário da Seccional da OAB de São Paulo e CEO da Sodero Advocacia.

DIEGO MONTEIRO CHEIRULLI, Advogado especialista em Direito Previdenciário e Professor de Direito Previdenciário na Graduação, Pós-Graduação e cursos de especialização junto a diversos institutos, estando Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB/DF, Diretor de Assuntos Parlamentares e 2º Secretário do IBDP e Secretário-Geral do IBDPREV.

7. Ementas, conteúdo programático

MÓDULO I – TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

Parte I – Regras Gerais –

1. Formação histórica do Direito do Trabalho
2. Evolução do Pensamento juslaboralista
3. Constitucionalização e internacionalização
4. Evolução do Direito do Trabalho
5. A peculiaridade do Direito do Trabalho

6. Princípios Gerais e Particulares de Direito do Trabalho
7. Direito do Trabalho e Direitos Humanos Fundamentais
8. Direito do Trabalho e economia globalizada
9. Flexibilização de normas trabalhistas
10. O Futuro do Direito do Trabalho

Parte II. – Direito Internacional do Trabalho

1. Definição, objeto e finalidades
2. História do Direito Internacional do Trabalho. Criação da OIT. Atuação da OIT
3. A OIT: estrutura, regras de funcionamento, competência, atividade de controle de aplicação de normas. Tripartismo. Liberdade sindical
4. Teoria Geral dos Tratados. Tratados internacionais trabalhistas. Convenções e Recomendações da OIT
5. Incorporação de tratados e recomendações ao Direito Interno
6. O Direito Internacional do Trabalho na Globalização
7. Blocos comerciais e Direito Internacional do Trabalho
8. O Direito internacional do trabalho na atualidade: tripartismo, diálogo social e crise econômica
9. Fragmentação das fontes do Direito Internacional do Trabalho. Questões regionais: União Europeia e Mercosul.
10. Dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho
11. DIT e revolução tecnológica
12. DIT e Governança global
13. Dumping social e padrões mínimos

MÓDULO II – DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO – DIREITO TUTELAR DO TRABALHO

Parte I – Direito Individual –

1. Princípios de Direito Individual do Trabalho
2. Sujeitos da relação de trabalho
3. Relação de trabalho e relação de emprego (Emenda 45/2004)
4. Contrato individual de trabalho. Requisitos
5. Contratos especiais de trabalho
6. Direitos decorrentes das relações de trabalho e de emprego
7. Extinção da relação de emprego
8. Garantias de emprego. Estabilidades
9. Duração do trabalho
10. Remuneração
11. Suspensões e interrupções do contrato de trabalho
12. Alterações do contrato individual de trabalho
13. Prescrição e decadência

14. Discriminação
15. Danos pessoais na relação de trabalho. Responsabilidade civil. Acidente do trabalho e moléstia profissional
16. Contratação irregular e mão de obra: terceirização, cooperativas, falsa autonomia
17. Meio ambiente do trabalho e proteção do trabalhador: insalubridade, periculosidade, penosidade
18. Incidências previdenciárias no contrato individual de trabalho

Parte II - DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E DIREITO TUTELAR DO TRABALHO

1. Definição; Objeto; Fins; Estrutura legal da matéria
2. Organização sindical brasileira; Sindicalismo; Fases históricas do sindicalismo
3. Liberdade sindical: Contornos; Tutela; Comitê de Liberdade Sindical da OIT
4. O sindicato: estrutura externa e interna; Atividades
5. Negociação coletiva
6. Normas coletivas: convenção, acordo, sentença normativa
7. Solução de conflitos coletivos; Autocomposição; Heterocomposição; Poder normativo; Greve: legalidade e legitimidade
8. Representação dos trabalhadores no local de trabalho; Comissão de empresa
9. Dissídio Coletivo. Introdução: Definição; Objeto; Finalidade; Instauração da instância; Conciliação e Julgamento; Sentença normativa; Efeitos; Extensão e revisão de decisões

MÓDULO III – PROCESSO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

a. Processo de conhecimento

1. Introdução: Conceito; Natureza Jurídica; Autonomia; Interpretação; Integração; Eficácia. Fontes.
2. Princípios de Direito Processual do Trabalho; Direito adjetivo subsidiário; Processo do Trabalho e Processo Civil
3. Organização da Justiça do Trabalho; Organização do Ministério Público do Trabalho; Atuação Judicial e Extrajudicial
4. Competência da Justiça do Trabalho
5. Tipos de procedimentos trabalhistas; Reclamação trabalhista; Inquérito para apuração de falta grave; Ação de cumprimento; Ação civil pública; Processo Judicial Eletrônico
6. Atos, Termos e Prazos Processuais; Partes e Procuradores
7. Petição Inicial; Respostas do Réu; Intervenção de Terceiros
8. Provas: teoria geral; Produção; Audiência trabalhista
11. Sentenças; Acórdãos; Decisões Interlocutórias
12. Recursos: Teoria Geral; Espécies; Nulidades

b. Procedimentos especiais e cautelares

1. Tutelas de Urgência na Justiça do Trabalho: Antecipada, Cautelar e Inibitória; Sentença e Coisa Julgada
2. Ações cautelares: Teoria Geral; Espécies
3. Mandado de Segurança; Habeas Corpus; Habeas Data
4. Ações contra penalidades administrativas da Fiscalização do Trabalho
5. Ação Rescisória

c. Execução

1. Princípios da Execução Trabalhista; Espécies de Execução
2. Liquidação de Sentença
3. Exceção de Pré-Executividade
4. Embargos à Execução; Impugnação à Sentença de Liquidação
5. Embargos à arrematação e à adjudicação
6. Embargos de Terceiro
7. Execução das Contribuições Previdenciárias e Fiscais
8. Recursos na Execução; Agravo de petição
9. Execução contra pessoa jurídica de Direito Público
10. Responsabilidade de Sócios e Ex-sócios; Desconsideração da personalidade jurídica da empresa
11. Fraude à Execução

MÓDULO IV – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Introdução à Seguridade Social. Evolução Histórica. Princípios. Perspectivas e reformas.
2. Financiamento da Seguridade Social. Contribuições diretas e indiretas. PIS. COFINS. CSLL. FAP. SAT. Contribuições de terceiros. Processo Administrativo de Custeio.
3. Sujeitos Protegidos: Segurados.
4. Qualidade de Segurado e carência
5. Sujeitos Protegidos: Dependentes. Qualidade de Dependente
6. Aposentadoria por tempo de Contribuição. Regras de Transição. Reformas
7. Aposentadoria Especial. Datas Limites de Enquadramento. Agentes nocivos. Comprovação do tempo especial;
8. Aposentadoria por Idade. Carência. Requisitos necessários
9. Benefício Assistencial. Critérios de Miserabilidade. Exigência
10. Salário Maternidade. Salário Família. Pensão Por Morte e Auxílio Reclusão
11. Benefícios por Incapacidade. Perícia médica. Benefício dos Deficientes. Estatuto do Deficiente.
12. Acidente do Trabalho. Benefícios pertinentes. NTEP.
13. Direito Previdenciário Empresarial
14. Previdência Complementar

MÓDULO V – PROCESSO PREVIDENCIÁRIO

1. Procedimento Administrativo Previdenciário. Preparação do requerimento. Instrução processual administrativa.
2. Processo de Recurso Administrativo Previdenciário ao Conselho de Recursos. Junta de Recursos e Câmara de Julgamento. Prazos. Sustentação oral.
3. Processo judicial previdenciário. Procedimento nos Juizados Especiais Federais e na Justiça Federal.
4. Recursos. Embargos de Declaração. Agravos. Mandados de Segurança.
5. Recursos às instâncias Superiores. Recurso Especial. Recurso Extraordinário.
6. Recurso à Turma Regional e Nacional de Uniformização. IRDR.
7. Fase de Execução. Cálculos. Impugnação. Precatório. RPV.

9. AVALIAÇÕES

Cada disciplina será objeto de avaliação pelo professor responsável. A avaliação consistirá na verificação do conhecimento e assiduidade ao longo do curso, cujos registros, feitos ao final de cada módulo, graduados numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), considerando-se 0,5 (cinco décimos). A aprovação em cada disciplina, dar-se-á com a obtenção de média de avaliação final igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento).

10 –Artigo Científico

Deverá ser apresentada ao final dos módulos/disciplinas, Artigo Científico sobre o tema estudado dentro da área de interesse do aluno.

Para aprovação do artigo científico, o aluno deverá ter no mínimo nota 7,0 (sete).

II - EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Para obtenção do título de especialista, o aluno deve cumprir os seguintes requisitos:

- I – média final igual ou superior a 7,0 (sete) em cada módulo;
- II – frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, da carga horária prevista por módulo;
- III – nota final do artigo científico igual ou superior a 7,0 (sete).